

ENSAYO DIALECTOLÓGICO

Publicou com este título o Sr. Arci S. Tenório de Albuquerque um estudo em os n.^{os} 46 e 47 d-*O Mundo Literário*, revista que se publica no Rio-de Janeiro.

Por isso que se trata de um professor brasileiro — o autor diz sê-lo de português na Associação Cristã de Moços, da Capital Federal —, era de esperar que nos desse ele o resultado de observações acêrca do falar dos seus patricios e nos comunicasse as anotações que fêz no meio em que vive. Porém, a-pesar-das facilidades que tem para registrar e estudar a língua dos brasileiros, pelas muitas páginas do estudo a ela mal se refere, merecendo-lhe tão sòmente a atenção as particularidades do falar dos portugueses.

Não me parece que estivesse perfeitamente habilitado o digno professor da *Young Men Christian Association* para levar a cabo, técnica e scientíficamente, o estudo a que se abalançou. Têcnicamente, porque revela tal ou qual desconhecimento da língua portuguesa, sua história e evolução, evidenciando apenas leitura de alguns compêndios modernos; e ainda porque demonstra não estar o seu ouvido bastante educado para êsse género de trabalhos, pois não soube devidamente distinguir certo número de diferenças na pronúncia portuguesa. O poder apreciar e registrar as modalidades diversas do sotaque de uma língua demanda apurado e mui exercitado ouvido, e não é qualquer que se pode arriscar a semelhante trabalho. Scientíficamente porque a tôda a pessoa parecerá natural que, para estudar um fenómeno, necessário é transferir-se ao meio em que se êle exerce normalmente. Não é do Brasil, que o Sr. Tenório de Albuquerque pode apreciar o que se ouve em Portugal; limitaram-se por fôrça as suas observações a indivíduos portugueses aqui residentes, sendo elas, portanto, suspeitas, por isso que quase sempre impossível é, para um brasileiro, determinar o grau de deterioração que sofreram êsses sujeitos em sua pronúncia, e aquilatar a influência que nêles exercitou o novo meio a que se passaram.

Não escapou o professor da Associação Cristã de laborar nos mesmos equívocos em que caíram vários brasileiros que do mesmo assunto se abeiraram. A ilusão e a ideia pre-

concebida têm nisso grande parte. Desde a infância está o autor habituado a ouvir dizer que pronunciam os portugueses determinadas palavras desta ou daquela maneira; é levado, pois, a aceitar como intangíveis tais opiniões, não podendo o seu ouvido revelar-lhe naturalmente como são na realidade proferidos êsses fonemas (¹). Por outro lado, a persuasão em que está o autor, da excelência do seu sotaque, não lhe permite avaliá-lo como deveras é. Quase a custo admite que uma minoria de patrícios seus se esquivava de certo número de particularidades brasileiras, quais a supressão do *r* e apócope do *l* finais; e ao esforço que fazem para isso conseguir chama o autor, não atino porquê, «preciosismo e pedantaria excessiva». Concorde mais o Sr. Albuquerque que o *s* final é geralmente elidido, que os plurais não raro são omitidos, como nestas frases de que faz exemplos: duas casa bonita, três

(¹) «En général, l'homme moyen n'est pas assez observateur pour identifier un individu par ses caractères propres; il se contente le plus souvent de le juger d'après son milieu; mais ce milieu il se le figure beaucoup plus simple qu'il n'est réellement. Il nous est presque impossible de nous représenter quelqu'un sans l'entourer de son «ambiance», c. a. d., sans l'associer à deux ou trois circonstances générales et selon nous nécessaires pour déterminer sa nature; ainsi nous pensons à son sexe, à son âge, à sa profession, à sa condition sociale, à sa nationalité, aux personnes qui l'entourent habituellement, et que nous déterminons, à leur tour, de la même manière simpliste. Les jugements de race et de nationalité sont un exemple frappant de ces classements grossiers; nous avons des idées toutes faites sur les Anglais, les Allemands, les Italiens, etc.: première simplification; de plus, ces idées traditionnelles nous les appliquons automatiquement aux individus de ces nationalités qui entrent en contact avec nous. Dans les limites d'un groupe linguistique déterminé, la manière dont nous concevons les milieux est tout à fait analogue. Notre paresse d'observation ne peut se passer de ces cadres tout faits, qui permettent de juger rapidement les individus; ces appréciations peuvent être démenties par la réalité, mais on aime mieux mal juger que de ne pas juger du tout.» (Ch. Bally, *Traité de stylistique française*, Heidelberg-Paris 1909, pág. 223, vol. I).

homem forte, — mas atira a responsabilidade de tais modismos «para as classes incultas» e «para os que são destituídos de cultura». A estes poucos pontos se limitam os estudos do professor da Y. M. C. A. quanto à dialectologia da sua terra. Entretanto, ao tratar da pronúncia portuguesa, procurará sempre estender às classes cultas as particularidades populares, que são quase as únicas que lhe prendem a atenção.

Antes de acompanhar passo a passo o Sr. Tenório de Albuquerque em seus dizeres, releva salientar a péssima revisão do seu trabalho, a falta de clareza nas citações, que muitas se não sabe onde acabam, sendo difícil discernir se a opinião expendida é do autor ou alheia. Em trabalhos dessa natureza é de primacial importância a correção tipográfica.

Para provar e fazer certa a existência de um dialecto brasileiro, — o que ninguém nega, ao mesmo título que se reconhecem dialectos caboverdianos, angolenses, goenses, minhotos, algarvios, açorianos, etc., — cita o professor da Associação Cristã de Moços uma enfiada de opiniões, já bastante conhecidas, de autores brasileiros: Carneiro Ribeiro, Pacheco Júnior, Lameira de Andrade, Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, Silvio Romero. Havendo assim preenchido meia dúzia de páginas, pouco provou o professor carioca, pois um assunto científico quere-se discutido com provas e fundado em factos, e as exposições desses autores, mórmente os dois últimos não passam de umas apreciações, mais ou menos azedadas, sobre o direito que tem, ou não tem, o Brasil, de possuir língua própria com relação a Portugal. O ponto mais importante, a que se não referem esses autores, é a língua literária portuguesa, que, embora fictícia, como são todos os idiomas literários, é aquela a que tendem quantos escrevem tanto em Portugal como no Brasil. E disso não nos dão prova os que defendem a «língua brasileira», escrevendo em correcto português. A dialectação ou novo idioma em que tanto falam, os modismos que pretendem justificar, eles os não escrevem nem os podem admitir por instinto, pois sentem que são apenas apanágio natural de gente baixa e não servem para exprimir os sentimentos elevados e os apuros de uma literatura asseada e bem penteada. Tôdas as regiões de determinado país poderiam então arguir do direito de terem língua própria, por isso que são mais ou menos afastados os seus dialectos da língua literária. A questão tôda reside no facto de serem Brasil e Portugal dois países distintos, havendo sido aquele depen-

dência dêste. Não é o argumento de ordem scientifica, mas sentimental apenas. Fôsem essas nações um só país, ou por outra, se em certa extensão territorial se falasse português no Norte, por exemplo, como em Portugal, e no Sul como no Brasil, deixaria de existir a discussão, aceitando todos as mesmas normas para a língua literária, exactamente como se conformam todos os francezes com o mesmo padrão literário, a-pesar-de serem diversíssimos os falares do Norte e do Sul da França, muito mais até que entre os de Portugal e Brasil. Um cidadão de Bordéus, que normalmente diz: *je me lève la veste*, bem sabe que não poderá escrever tal coisa sob pena de passar por ignorante, pois não está isto de acôrdo com os cânones da língua literária escrita, que só admite: *j'enlève ma veste*. Da mesma forma, o brasileiro, embora culto, que na fala descuidada e animada dirá: «Tu é bêsta! eu já ti disse que você não entende nada das lei» ⁽¹⁾, se bem que lhe custe por vezes submeter-se à língua literária portuguesa, não escreverá assim, porque sente muito bem não serem essas as normas da lingua escrita.

Entre os motivos avocados para explicar as diferenças de pronúncia entre Portugal e Brasil vem o do clima, reforçado com opiniões de Alberto Dauzat e G. L. Ascoli. De acôrdo, mas tudo isso, mais uma vez, não influi na língua literária nem é razão bastante ou sufficiente para fazê-la variar. Sê-lo-ia talvez se estivesse o idioma abandonado a si próprio, se não houvesse instrução obrigatória, escolas, livros, jornais, revistas, teatros, etc..., se fôsse a língua literária apanágio de meia dúzia de eruditos e a mais gente não tivesse necessidade dela, como foi o caso com o latim depois que se esbo-roou o império romano. Aliás, a vontade, o esforço, o estudo, podem perfeitamente contrabalançar as influências climatéricas; e estou certo que era eu capaz de ensinar, no Brasil, qualquer criança, preta que fôsse, a falar com exacta pronúncia portuguesa.

Tôda a justificação que procura fazer o Sr. Albuquerque, encostando-se a numerosos autores, quanto às particularidades brasileiras, não vejo bem a que vêm, pois que o fim e

(1) Ouvido a um funcionário superior da Alfândega, formado em direito, o qual se preza, quando está com a pena na mão, de escrever português.

alvo a que visa o professor carioca, enfileirando ao lado de tantos patricios seus, é provar que a lingua, aqui, mal se differençou do que era quando para cá foi trazida, ao passo que foi em Portugal que se ela deturpou e diversificou de como era falada pela mesma época. Eis outro argumento de ordem sentimental, que não repouisa em bases scientificas, nem até na lógica. Que tóda a hodierna pronúncia portugueza se descortina nos escritos de 500 e 600, o prová-lo levaria a obra extensíssima; limitar-me hei a alguns exemplos frisantes, ao refutar, mais adiante, afirmações do professor brasileiro. Isto, quanto ao lado scientifico. Agora, a lógica nos mostra que, conservando-se a lingua no meio em que se originou, sem nenhum acontecimento politico ou racial de maior que lhe perturbasse a normalidade da sua evolução, não há razão para que deixasse o idioma em Portugal de seguir as suas normas seculares, como em qualquer outro país, Espanha ou Itália, por exemplo. Ao contrário, passando o idioma a desenvolver-se em longinquas regiões, falado por outras raças diversas da lusitana, ai, sim, é que lógicamente elle se alterou. Basta, para o comprovar, prestar ouvidos ao que se fala nas colónias portuguezas, *das quais o Brasil foi uma*, à forma por que se profere o francês nas possessões africanas ou americanas. Tudo isto já eu escrevi muitas vezes e mais uma vez repiso na argumentação e fá-lo hei à saciedade, a-pesar-de tão evidente se afigurar o facto.

Parece aliás concordar com essa lógica o Sr. Tenório de Albuquerque, mas no que se refere ao latim, dizendo elle que, transportada essa lingua a diversas regiões, «... os naturais delas, porque os seus organismos não lhe permitissem uma pronúncia exacta dos vocábulos da lingua de Roma, adulteravam-nos, proferindo-os como mais fácil se lhes antolhava, isto é, com o menor esforço possível, resultante de exigências fisicas. Por sua vez, as linguas românicas, levadas a várias regiões, vão esgalhando-se em dialectos, seguindo o mesmo principio também.» Dai a confessar que a lingua portugueza, ao passar para o Brasil, se adulterou na sua pronúncia, é só um passo, que não quis dar o autor, preferindo entrar em tentativas de provar que foi em Portugal que se ela deturpou, sendo, portanto, inúteis as conclusões a que primeiro chegara.

O cavalo de batalha do professor da A. C. de M. consiste na elisão de vogais que fazem os portuguezes, no que elle vê,

sem originalidade, pois que é esta a opinião da mór parte dos brasileiros, uma adulteração da língua antiga. E pretende o Sr. Tenório de Albuquerque prová-lo citando versos d-*Os Lusíadas*. Em dois graves erros labora o mestre carioca. O primeiro é confundir elisão com ensurdecimento e o segundo é querer comparar a linguagem poética com a fala despretentiosa e usual. Sendo, em regra, surdas em Portugal as vogais em que não recai o acento tónico, são portanto muito de leve proferidas e daí o não as ouvir o autor, que está habituado a enunciar-las demoradamente, descansando nelas tanto a voz, que chega a sua duração a ser igual ou superior à da vogal tónica. Este é o ponto principal e característico, que distingue o sotaque brasileiro entre as pronúncias das mais línguas latinas. Por outro lado, é insensato julgar que se declamam versos da mesma forma como se discute um negócio, se solicita um favor ou se ralha com a cozinheira. Os versos são ditos pausadamente, por isso mesmo que são versos, e deixariam de o ser, se fôsem proferidos como falamos todos os dias. Ao trazer à tona a versificação de Camões, não lhe lembrou, ao Sr. Albuquerque, que pudera de igual modo argumentar com qualquer poeta português, desde o século XIII até 1926. Se erramos na declamação dos versos d-*Os Lusíadas*, errada está tóda a moderna poesia portuguesa, vazada nos mesmos moldes (¹).

Eu sei que muitos brasileiros baseiam as suas teorias, quanto à pronúncia portuguesa, na obra de Gonçalves Viana «Exposição da pronúncia normal». Mas o próprio título está

(¹) «..... il arrive au même individu de prononcer sa langue maternelle de plusieurs manières, et si l'on ne s'en aperçoit pas, c'est que le plus souvent on le fait instinctivement. Par exemple, il y a, si l'on peut dire, une prononciation familière et une prononciation «écrite»; il y a une prononciation de théâtre (certaines personnes sont même assez naïves pour croire que c'est la prononciation «normale».)» (Ch. Bally, *Traité de stylistique française*, I, 232).

Filólogo e não foneticista, não compreendeu o erudito brasileiro Felipe Franco de Sá as distinções que sobre o assunto fez Gonçalves Viana na «Exposição da pronúncia normal». Assim, escreveu o ilustre maranhense: «Como pode um povo ter uma pronúncia para a prosa, outra para o

a dizer qual a pronúncia que o extinto filólogo português quis expor: foi a normal, a de todos os dias, a que empregamos em nossa labuta quotidiana, que não a do discurso académico ou da poesia. E isso mesmo fez sentir Gonçalves Viana, indicando como devem ser proferidos certos versos para lhes conservar o ritmo poético. O mesmo se dá na pronúncia brasileira, como adiante provarei, e facto igual tem de se verificar em tôdas as linguas. A pronúncia normal franceza manda se diga *ch'val*, mas alguns dicionários até indicam que em poesia é *cheval*. A aceitar a teoria do autor do «Ensaio», está errada tôda a poesia franceza, assim antiga como moderna. Êste verso de *Athalie*:

C'était pendant l'horreur d'une profonde nuit

ficará de pé quebrado na pronúncia normal, em que se diz: *un' profond' nuit*. Não falará, porém normalmente, quem disser em conversa: *après u-ne profon-de méditation*.

No caso do português há, como eu já disse, apenas ensurdecimento da vogal e não mera supressão. Abra o Sr. Albuquerque qualquer dicionário prosódico, o *Contemporâneo*, se quiser, e lá verá que *pelotão* se pronuncia pe-lu-tão e não *plutão*, como nos diz aquele senhor. Reconheçamos porém que

verso? O actor que recitar os versos com pronúncia diferente da que lhe é comum, e aos ouvintes, só poderá contentar poucos entendidos e apreciadores da melodia poética, mas desagradará geralmente. Essa pronúncia parecerá estranha ou affectada, *preguiçosa* e *arrastada*, como acham a brasileira. É pois natural que o actor prefira não desagradar ao público, e forrar-se ao cuidado e esforço que exigiria a mudança da pronúncia que lhe é habitual. Quanto à declamação da prosa, é evidente que nenhum actor ou orador se sujeitará a êsse constrangimento, alterando a pronúncia usual, que o Sr. Gonçalves Viana diz ser mais fluente e enérgica.» (*A Língua Portuguesa*, pág. 306).

Nunca me constou que o actor Chaby Pinheiro, cuja dição no verso é maravilhosa, fôsse ouvido do público com estranheza e desagrado; nunca consideraram a sua recitação como *preguiçosa* e *arrastada*, nem nunca foi êle tido como brasileiro por separar nitidamente tôdas as sílabas métri-

não é bastante apurado o ouvido do professor carioca para perceber o pequeníssimo e surdo português e relevemos-lhe esse defeito físico; mas não lhe podem ser perdoadas algumas inexactidões que a seguir escreve. A respeito do vocábulo *perigo*, a que a breve espaço voltarei, diz que o *erramos* pronunciando *p'ri-go*, enquanto os brasileiros o proferem com *exactidão*. Duplo equívoco. Primeiro, nunca atentou, sem dúvida, o professor brasileiro na forma como ele e os seus conterrâneos proferem essa palavra, que se diz em terras de Santa Cruz *pi-ri-go*; jâmais ouvi brasileiro pronunciar de outro modo. Em segundo lugar, é ponto de todo convencional a exactidão. Se as regras da pronúncia normal portuguesa mandam que seja surdo o *e* de *perigo*, inexacto será acentuá-lo e dizer *pê-ri-go*, da mesma forma que *ch'val* é exacto e inexacto *che-val*. A ser aceita essa pretensão, falaria os brasileiros muito mais *exactamente* tôdas as linguas que os próprios naturais, pois em francês, inglês, alemão, italiano, etc., se ensurdecem ou elidem numerosas vogais.

Diz o autor do «Ensaio» que «em Portugal, quando a consoante de uma sílaba desprovida da sua vogal possa formar nova sílaba com a sílaba seguinte, os portugueses suprimem aquela vogal.» Não ocorreu ao Sr. Tenório de Albuquerque, ou então desconhece os princípios da filologia

cas. Não me canso de repetir que o que diferencia essencialmente o falar brasileiro do português é a cadência. Não nos parece a nós *preguiçoso* e *arrastado* o castelhano, a-pesar-de serem mais abertas do que as nossas as suas vogais átonas; o povo, em Portugal, diz até que o espanhol fala *cerrado*. Ainda me lembra a exclamação de um brasileiro, que nunca ouvira, por assim dizer, falar castelhano, ao assistir em Santos a uma representação da Companhia Velasco: «Homem! parecem portugueses!»

Do canto se esqueceram também Gonçalves Viana, Franco de Sá e outros. A música obriga a separar as sílabas, o que ninguém considera anormal, pois assim procedem todos ao cantar. Os coros são, aliás, pela amplificação que tomam os sons, óptimo meio de observar certas particularidades de pronúncia. Muitas vezes no Rio-de-Janeiro parava eu à grade das escolas públicas, a ouvir cantar às crianças os hinos do programa, e tomava os meus apontamentos.

portuguesa, que é essa tendência, mais ou menos acentuada, tão velha quanto a própria língua e que de muitas palavras assim sincopadas se utiliza êle diâriamente. Em qualquer compêndio haveria o professor carioca encontrado que *palavra* vem de *parabola*, com síncope do *o*, — *letra*, que dantes era *lêtera*, promana de *lîtera*, com perda do *e*, — *sobrar*, de *supere-rare*, — *pobre*, de *paupere*, — *obra*, de *opera*, — *livrar*, de *libere-rare*, — etc. E é certamente herança latina essa tendência, pois se manifesta igual fenómeno em outras línguas do mesmo ramo.

Mais uma vez denuncia o autor o seu pouco exercitado ouvido ao escrever que pronunciámos *caravela* como *cravela*. Há acentuada diferença entre a proferição das duas primeiras sílabas: *cara-vela* e a da primeira de *cra-var*, por exemplo. Em engano igual escorrega o professor dando *grantir* ⁽¹⁾ e *glinha* como pronúncias de *garantir* e *galinha*; porém, bem diversas são ao nosso ouvido as duas primeiras sílabas de *garan-tir* e *gali-nha*, das primeiras de *gran-de* e *gli-cerina*, v. g. Mas ao aparelho auditivo do Sr. Albuquerque, que não percebe o *a* surdo, parece-lhe o mesmo.

No afã de provar a mudança da pronúncia em Portugal da época clássica para cá, e sua conservação no Brasil, apela o Sr. T. de Albuquerque, como já vimos, para a obra de Camões. Não são seguríssimo guia os versos, pois levam, como levaram o professor de português, a alguns equívocos: julgando que são liberdades poéticas certas formas usadas pelo cantor do Gama, acredita êle que foi por necessidade métrica que Camões escrevia ora experimentar, ora *exprimentar*. É assaz curiosa a argumentação do autor neste ponto:

« Ora, se entre os contemporâneos de Camões já fôsse
« habitual a elisão do *e*, permitindo que duas sílabas fôs-

(1) Se não houvesse em *garantir*, *conferir*, *merecer*, *parecer*, etc. a nítida sensação do *a* e do *e*, o povo português conjugaria *parce*, *merce*, *confre*, *grante*, etc., o que êle nunca diz, empregando sempre, muito regularmente *garante*, *confere*, *merece*, *parece*, etc. — *Considerar*, que entre gente de somenos cultura, se ouve conjugado *considra* em vez de *considera*, não faz ao caso, pois aí perdura a influência da forma arcaica do verbo, que era *consiirar*, e no indicativo *consiira*.

«sem pronunciadas numa só emissão de voz, por sem
«dúvida o grande épico teria tomado isso em considera-
«ção e não teria feito as síncope que executou. Tanto
«assim é, que determinadas palavras ora têm um número
«de sílabas ora outro, por necessidade métrica, segundo
«o poeta lhe suprime, ou não um *e* mudo. É o que se
«verifica, verbi gratia, com a palavra *experimental*, em
«que já o poeta mantém o segundo *e*, contando-a como
«cinco sílabas, já o sincopa, contando-a como quatro síla-
«bas. Provam a nossa asserção os seguintes exemplos.....
«(que são 10). Em todos os versos Camões suprimiu um *e*,
«formando o grupo *pr*. Mais uma vez, repetimos, se a
«pronúncia normal, geral, da sua época fôsse a actual
«portuguesa, o grande épico não teria feito as elisões
«que indicamos.»

Pois a mim parece-me que foi justamente o contrário que se deu; por ser o *e* pouco audível na pronúncia do seu tempo é que de vez em quando o não tinha em conta o poeta, *ja que não contrariava o uso do século em que vivia*. Pela esdrúxula teoria do professor carioca, deu-se Camões abertamente ao capricho de ir de encontro à pronúncia da sua época contando *experimental* com quatro sílabas quando, a acreditar no autor do «Ensaio» devia ter a palavra acentuadamente cinco; e se ela tivesse normalmente quatro e fôsse pronunciada *exprimentar*, então, sem dúvida por espirito de contradição, contaria o poeta cinco. Estranha fantasia!! Não notou o Sr. Albuquerque que, se Camões escrevia *exprimentar*, também grafava *experimental* e contava entretanto somente quatro sílabas, como nestes exemplos:

Tantos Climas & Ceos experimentados I,29
Dos mares experimenta a furia insana II,104

Interessantíssima é a conclusão do professor da Associação Cristã sobre este assunto: «Como que a provar que a citada síncope só se verificou por necessidade métrica, o grande lirico usou do vocábulo *experiência* sem que lhe fizesse nenhuma amputação. Entre outros apresentamos os seguintes exemplos...», que são três e em que efectivamente a silabação deve ser *ex-pe-ri-ência*. Confesso que sou de todo incapaz de compreender como é que uma cousa prova a outra. O julgar, contudo, que Camões só assim usou a pala-

vra, prova que o Sr. Tenório não é muito lido no poeta em cuja obra funda as suas opiniões; senão, teria encontrado bastas vezes *ex-pri-ência*, como nestes versos (Juromenha, *Obras*, vol. II):

Se não tivéreis já longa exp'riência	pág. 28
É que amor fazer só quis exp'riência	> 31
Porque da minha fé faça exp'riência	> 107
Exp'riências na fôlha derradeira	> 104
Não são as exp'riências mais provadas	> 119

Perdoo ao professor carioca mais algumas dezenas, que tenho apontadas, de exemplos semelhantes.

Em regra, só podem sofrer acréscimo ou supressão de sílabas as palavras ou nomes pouco comuns. Que Camões empregasse umas vezes *idólatra*, outras *idolátra*, ou ainda *idololatra*, natural é, por ser palavra estranha ao vocabulário usual; que acentuasse *Cleópatra* ou *Cleopátra*, por não ser nome usado communmente, compreende-se. Mas não há liberdade poética que possa desfigurar uma palavra corriqueira. Nem por sombras se lembraria o vate português de modificar o substantivo *cavalo* como fez com *idólatra*; e em verso nenhum encontrará o dialectologista brasileiro *cavalalo*, *cávalo*, *cavaló*, ou coisa que o valha. Da mesma forma, *António* aparecerá sempre assim em qualquer poeta. Desafio o Sr. Tenório de Albuquerque a encontrar, em Camões, esse nome estropiado em *Ântonio*, *Antonio*, *Antonió*. . . por liberdade poética ou necessidade métrica. Logo, as síncopes que se verificam nos versos de Camões não são mais que o reflexo de pronunciações usuais no seu tempo. Se o Sr. Albuquerque tivesse por hábito folhear os prosadores antigos, não teria, é provável, adiantado tão levianamente as suas afirmações, pois haveria de-certo encontrado diversas elisões de vogais que nada têm com «necessidades métricas», como: esprementado = experimentado (Castanheda, *História... da Índia*, VIII, 358, ed. rolandiana) — estrelidade = esterilidade (*Itinerario do Mestre Afonso*, pág. 47 — Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, IV, 87) — parcer = parecer (Gaspar Correia, *Lendas*, IV, 379) — ofrecer = oferecer (Samuel Usque, *Consolação*, I, págs. 3 e 15 v.) etc., que motivaram em Camões: *exprimentar* (Juromenha, *Obras*, II, págs. 28, 45, 111, 128, 215) — *ofrecer* (págs. 42, 59, 63, 81, 114, 185, 333) etc.

Foi pouco reflectido o professor brasileiro demorando-se bastante na palavra *perigo* e seus derivados, para provar que os portuguezes errávamos todos os versos de Camões em que ella entra, por pronunciarmos *p'rigo*. Cita assim creio que 24 versos. Porque se limitou a Camões? Teria sido muito mais interessante pôr em claro o facto inédito de que todos os versos dos poetas portuguezes modernos em que entra *perigo* ou qualquer dos seus derivados, não estão certos... por terem uma sílaba a menos!... e igualmente aquelles em que apparecem *oferecer*, *áspero*, *esperança*, *parecer*, *merecer*, e outros vocábulos de feição semelhante que por decreto brasileiro nos é vedado proferir *pa-re-cer*, *me-re-cer*, etc., sendo nós obrigados a pronunciar tão sòmente *par'cer*, *mer'cer*, *p'rigo*, *ásp'ro*, *esp'rança*. Entretanto Garrett versejou (*Camões*, Lisboa 1844):

Talvez... E esse talvez é de esperança	pág. 7
A que mudou boa esperança o nome	» 84
E acaso de esperança verdejava	» 93
No benigno favor esperançado	» 95
..... agonias	
Malditas da esperança... E eu só a via	» 99
Que é de tanta esperança lisonjeira	» 188
Ásperamente el-rei o interrompia	» 136
Seu parecer contra a jornada infausta	» 190
Mas ambas oferece de alma e gôsto	» 27
A oferecer as inocentes vidas	» 144
Pronto se oferece quem germanas	
Em dar-lhe a vida e propagá-lo empregue	» 184

e Antero de Quental (*Sonetos*, Pôrto, 1890):

Mas meu... posso eu acaso merecer-te?	pág. 5
E com essa esperança se abraça	» 6
E Deus deixa-lhe ao menos a esperança	» 13
Que seja sonho apenas a esperança	» 21
Pareceu-me senti-lo aqui tão perto	» 28

e também Tomás Ribeiro (*D. Jaime*, Pôrto, 1901):

Que rosas de esperança não brotavam	pág. 36
E era um hino de esperança	» 131

E quer perigos de guerra	pág. 172
Os de maior perigo ou mais segredo	» 178
Pareceu-me inda ver-lhe os dedos tintos	» 208

Nada disto, portanto, está certo, na abalisada opinião do professor da Associação Cristã de Moços. só estando direitos os versos em que aparecem sincopadas as vogais átonas das palavras atrás referidas, como os seguintes (Garrett, *Camões*, 1844):

Um mancebo inexperto, única esp'rança	pág. 75
Tudo sofri no alento duma esp'rança	» 98
Meu tributo de graças of'recer-lhe	» 35

Lógicamente, a ser aceita a teoria do Sr. Albuquerque, estão errados êsses versos para os brasileiros, pois não é essa a pronúncia normal em terras de Santa Cruz, como também não estão certos os versos de Camões onde aparecem elisões de vogais, como nos sete exemplos apresentados pelo autor do «Ensaio» a respeito de *exprimentar*, ou os que deixei indicados para *expriência* e *ofrecer*. Pela mesma teoria, recresce notar que os próprios brasileiros fazem versos insustentáveis na sua pronúncia, quais Casimiro de Abreu (*As Primaveras*, 4.ª ed., 1921):

Esp'ranças altas. ei-las já tão rasas!	pág. 124
Hinos de amores neste sec'lo bruto	» 138
Minha alma of'reço às provações futuras	» 168

Castro Alves (*Espumas Flutuantes*, Rio, ed. Garnier):

Pomba de esp'rança sôbre um mar de escolhos	pág. 25
Simb'lo de pedra que o cinzel dos raios	» 74
Que importa se o tum'lo ninguém lhe conhece?	» 88
O bando dos apost'los sacudia	» 101
Pet'las perdidas em fatal paúl,	
Pet'las que outrora desfolhámos juntos	» 119
Mostrava a lua em semi-circ'lo de ouro	» 140
Hórrida esp'rança acalentava o mundo	» 182

Continua a demonstrar que é pouco lido, ou pelo menos de pouca observação o professor carioca, parecendo ignorar

que o facto de ensurdecer as vogais que não padecem o acento tónico, isto é, fazer uma quase elisão delas, foi sempre uma das particularidades da língua portuguesa. A palavra *perigo*, em que se èle tanto demorou, vamos encontrá-la escrita *prigoo* no «Fabulário Portuguez do século xv da Bibliotheca de Viena de Áustria»:

Quando os veemos en algũus prigoos..... que a
liurou do prigoo da morte

(O velho que recolhe a serpente)

.. con temor e prigoo de morte

(O rato da cidade e o da aldeia)

Gil Vicente, que nos seus Autos retratava fielmente os costumes do tempo em que vivia, não tomava por vezes em conta o *e* de *perigo* e seus derivados (ed. Mendes dos Remedios):

Pera mui p'rigosos p'rigos	pág. 72	Auto da Alma
Pois do falar vem os p'rigos	» 290	Romagem dos Agravados
Que este pasto está em p'rigo	» 381	Romance à Aclamação de D. João III

No mesmo Gil Vicente encontramos numerosas provas da enunciação surda das vogais não tónicas, tal qual se pronunciam hoje; por isso que eram pouco perceptíveis na fala despretenciosa da sua época, bastas vezes as elidia nos seus versos. Af vão alguns exemplos:

Em pod'rosa, doce e humana	pág. 213	Exortação da Guerra
Belas e pod'rosas velas	» 372	À morte de el-rei D. Manuel
Alta Senhora, sab'rás	» 8	Auto de Mofina Mendes
Não há i gaita temp'rada	» 10	idem
Como pod'rá isso ser	» 104	Auto da Barca do Inferno
Mantenha Deus esta c'roa	» 106	idem
Que acabo mais do que qu'ria	» 308	O Velho da Horta

A própria forma *vir's* (vires) a que alude o professor

brasileiro referindo a lição de Gonçalves Viana para a leitura do verso de Camões

E se vires que pode merecer-te

vamos encontrar-lhe semelhante em Gil Vicente, que conta *queres* por uma sílaba, escrevendo *qués*, modo trivial de exprimirmos a segunda pessoa do indicativo do verbo *querer* na pronúncia familiar e despretenciosa portuguesa:

Tu dizes que a *qués* feirar pág. 59 Auto da Feira
Ronca, *qués* tu pôr comego » 133 Auto da Barca do Purgatório

Entre outras observações do professor carioca está esta de que os portugueses acrescentam um *e* paragógico às palavras terminadas em *r* e *l*, que dizemos *amare*, *fazere*, *Brasile*. Volta aqui o efeito da ilusão acústica: como os brasileiros pronunciam de modo tenuíssimo *l* e *r* finais ⁽¹⁾, quando os portugueses pronunciam essas mesmas letras em fim de palavra, dando-lhes o seu som alfabético, parece àqueles que depois delas existe acentuado *e*. Na realidade êsses *ee* depois dos infinitos, que já vêm do latim, como não deve ignorar o professor da Y. M. C. A., são tão pouco perceptíveis como no castelhano e por isso não se escrevem nas línguas literárias da Península. Ao contrário, conservaram-se muito audíveis no italiano e por isso se indica na escrita dessa língua, avêssa aliás às terminações em consoante. Se os franceses

(1) Explica-se muito bem que não haja *e* paragógico depois de *r* no Brasil, 1.º porque não é pronunciado usualmente o *r* final; 2.º porque, fazendo-se esforço para pronunciá-lo, não é *r* brando que se ouve, mas sim *r* forte (ou dois erres). Além disso, se fôsse apical êsse *r*, ainda podia dar-se o caso do *e* paragógico, mas sendo êle gutural, fica eliminada a possibilidade do fenómeno paragógico. Êsse *r* brasileiro, como lhe chamava Gonçalves Viana (*Ortografia Nacional*, pág. 50), que por mim antes assemelho ao *j* castelhano, podemos observá-lo perfeitamente quando as meninas do telefone empregam a frase administrativa ao atender: «Número, faz favorrrrrr?»

podem fugir a essa particularidade pronunciando o *r* guturalmente, entretanto os que em França têm *r* apical não podem escapar de dar a perceber levíssimo *e* depois de *r* final. Não reparou o professor brasileiro que se distingue tão pouco êsse *e* que não pode nunca chegar a formar sílaba; e isto deveria dar-se, a ser exacta a opinião do Sr. Albuquerque. Não lhe ocorreu que de tal arte ficariam errados muitos versos, pelo que nos podemos dar por felizes, pois se disso se lembrara, houvera que transcrever-nos 80 % dos versos d-*Os Lusíadas*, já que deve ser essa a proporção dos em que aparecem palavras terminadas em *r* ou *l*.

E por ter descambiado nesse equívoco apresenta-nos o Sr. Tenório de Albuquerque mais uma afirmação errada a respeito dêstes dois versos d-*A Ceia dos Cardiais*:

Eloquência de amor que perturba a mulher
E vence quando ajoelha e beija quando fere.

« Verifica-se que o poeta rima *fere* com *mulher*, o que prova que êle pronuncia *mulhere*. » É irrisória a conclusão, pois é justamente o contrário que se dá: rimando *fere* com *mulher* prova o poeta que pronuncia *fer'*, que é esta a pronúncia normal portuguesa, pois os *ee* finais são sempre mudos. Como professor de português parece que devia saber dêste facto lingüístico o Sr. Albuquerque; podiam-lhe haver revelado os seus compêndios, que outrora se dizia *produze*, *faze*, etc., em que o *e*, por ser mudo, desapareceu da escrita hodierna, onde se grafa *produz*, *faz*, etc. Aliás o povo ainda diz *eu fize-o*. O *e* só se restabeleceu em *val* ⁽¹⁾ e *quer* porque a pronúncia literária o conservou na terceira pessoa: *vale-o*, *quere-o*.

Não foi desta feita mais feliz o autor do « Ensaio », do

(1) Não falando na prosa antiga, que parece desconhecer o professor carioca, poderá pelo menos em *Os Lusíadas*, que tão bem esquadrinhou, haver êle topado esta forma:

Pouco val coração, astucia & siso II,59

a qual não é mais extraordinária que o nosso modo trivial de dizer: ordeno-lhe que se cal' já — isto não val' nada — que tanta espécie faz a alguns brasileiros.

que quando nos falou em *p'rigo*, pois facilmente se lhe evidencia que é antiquíssimo o ensurdecimento do *e* final na pronúncia lusitana. Com a mesma palavra *fere* não tenho menos prova que o *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (publicato..... da Enrico Molteni, Halle a/S 1880) em que a pág. 168, n.º 394-1521 poderá ler o professor brasileiro estes versos:

Hun porteyra encas del Rey
 Que me conhece onde q̃r
 Q̃ me ueia logome fer
 Ou me diz nõ us colherey
 Senpre por uos esto farey
 Cadaque mou uerdes mester

A rima com *quer* e *mester* prova que o poeta pronunciava *fer'*. Nos *Cancioneiros* e todos os textos antigos encontrará o autor do trabalho dialectológico muitas mais provas e formas da legitimidade da hodierna pronúncia portuguesa, pois lá achará, além do que já citei para elisões em interior de palavras, estas em finais: *el* = êle — *ant* = antes — *present* = presente — *est* = êste — *set* = sete — *vist* = viste — *aquel* = aquele — etc.

Ainda com relação ao *e* paragógico, põe o Sr. Arci de Albuquerque uma nota em que cita o Sr. Paranhos da Silva por um seu livro, que não conheço, intitulado «O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil». Já neste título se sente a preocupação, como que doentia em muitos brasileiros, de quererem provar a legitimidade do seu falar com uma súbita e inexplicável transformação do de Portugal: o «hodierno Portugal» fala uma algaravia grosseira enquanto o Brasil pronuncia como o «velho Portugal», eis o estribilho. Diz o Sr. Paranhos, a propósito do vocábulo *cal*, que ouviu dizer em Lisboa: «O p'drairo 'xtá a p'dire cale; max cal'se, não lh' r'sponda» (1). Para não estar a refutar letra por letra esta duvidosa observação lingüística, cinjo-me

(1) É duvidoso que seja esta frase, um tanto estranha, colhida da boca de alguém; mais parece fabricada com intuito de opor *cal* a *cale-se*. Tem em todo o caso o mérito de ser gramatical e assim se exprimiria em Portugal tanto uma pessoa culta como um homem do povo. Pregunto ao Sr. Para-

ao caso do *e* paragógico, unicamente. Se, em rigor, se pode em certas pessoas ouvir leve *e* depois de *l* ou *r* finais, por darem mais fôrça ao som alfabético destas letras, isto só se dá quando a palavra vem sôta ou está em fim de trecho em que descanse a voz, quando se não encosta a outra, como fica o nome *cal* no exemplo transcrito. Errada está a reprodução de *pedir* por *p'dire*, porque se lhe segue *cal* sem nenhum descanso da voz, o que não dá lugar a que se perceba um *e* paragógico. Quanto a *cal'se* é fenómeno normal desde muito em português, conforme ficou dito mais atrás. Sem dúvida, será difficil achar êsse mesmo exemplo em trechos arcaicos, pois falavam os antigos na segunda pessoa do plural e diziam: calai-vos; mas na segunda pessoa do singular, em que é surdo o *a* e mais ou menos se some na pronúncia, ainda o povo português diz: cal'te, tir'te, — como no tempo de Gil Vicente:

Joane, tir'te tu lá	Auto Pastoril Português, I,37
Cal'te por amor de Deus	Auto da Alma, I,81

nhos se se daria o mesmo no Brasil? Vamos a vê-lo. Logo no primeiro verbo notamos que um brasileiro de mediana cultura dirá normalmente *tá* (Levou-se há anos no teatro de S. José no Rio-de-Janeiro uma revista com o título: Momo *tá* i = Momo está aí). A *pedir*, quase não se ouve por cá esta forma; dir-se-ia: pedindo — mas com duas alterações: 1.º a pronúncia usual de *pedir* é *pidir* — 2.º o *d* do participio é geralmente elidido; teremos, portanto: *pidino*. O *l* de *cal* arrisca-se bastante a desaparecer na bôca de muita gente, ou a transformar-se em leve *r*, por um rotacismo muito comum. Logo, a primeira parte da frase ouvir-se há mais ou menos dêste modo: *O pé-drê-ro tá pidino cá(r)*. — Até aqui correu a coisa relativamente fácil; maiores dificuldades se nos vão deparar na segunda parte. Mas diz-se em geral *mais*, não por arcaismo mas pelo costume de introduzir um *i* entre a vogal e o *s* ou *z* final (nóis = nós — núis = nus — rapáiz = rapaz) — *Cale-se* é coisa que se não usa por cá, pois o comum das gentes desconhece o imperativo; diz-se *não faz isso, senta*, por *não faça* ou *não faças isso, senta-te* ou *sente-se*. Pode-se pois aventar *cala*, mas o mais certo será dizer-se: *cala a bôca*. — Vamos a: não lhe responda. Dois obstáculos; o pronome indi-

Vire-se agora o feitiço contra o feiticeiro. O professor Albuquerque, que encheu uma página com este assunto do e paragógico, não reparou que êle também aparece na linguagem do Brasil, que se não acomoda com uma terminação breve em consoante, qual *d, b, t, k*, etc. O comum dos brasileiros é incapaz de proferir o inglês «good by» de outro modo que *gudi-bai*. Ao nome próprio Glück deu Castro Alves duas sílabas neste verso:

Como Glück nas selvas aprendia

(*Espumas Flutuantes*, 166).

A palavra *sób* não pode ser normalmente proferida por um brasileiro, a ponto que o professor Cândido Jucá, no *Correio-da-Manhã* do Rio-de-Janeiro de 1 de Junho de 1923, pedia para ela uma vogal de encôsto, pleiteando a grafia *sóbe*: E assim ficará errado no Brasil o verso d-*Os Lusíadas*:

Sob pena de não ser agradecido IV,83

recto não se emprega, por assim dizer, em semelhante caso; *respondi-lhe*, será *respondi a você*, ou *respondi a ele* tratando-se de terceira pessoa; — o imperativo, já disse, não é empregado, fazendo as vezes dêle a terceira pessoa do indicativo, tanto para a segunda como para a terceira pessoa. Se fôr portanto possível a frase do exemplo, di-la há mais ou menos assim um popular compatriota do Sr. Paranhos:

O pê-drê-ro tá pidino ca(r); mais cala a bôca, não responde a êle.

¿Que acha o Sr. Paranhos? A frase portuguesa está pelo menos de acôrdo com os cânones da língua literária; a brasileira, não me parece. A primeira é gramaticalmente traduzível em italiano, espanhol ou francês: «Le maçon demande de la chaux; mais taisez-vous, ne lui répondez pas.» A segunda não. É o que se dá com a maior parte das frases que tenho aqui anotadas. Eis vai uma, de um brasileiro de algumas posses, dirigida ao seu «chauffeur»: «Eu já ti disse qui vocêi tá gastano muitos pineumático; nós não pode com tanta dis-pesa.» — ¿Não estranha o Sr. Paranhos?

É fácil provar ao Sr. Albuquerque que a asserção, aliás opinião de muitos outros brasileiros também:

«... conclui-se que a prosódia portuguesa actual é, «em muito, diversa da prosódia de Camões; conclui-se «mais que muitos versos d-*Os Lusíadas*, que para os portugueses estão errados quando os pronunciavam, para nós «estão tão certos quanto para o grande cantor de Vasco «da Gama, ou, por outras palavras, verifica-se que a prosódia brasileira se aproxima muito mais da prosódia «d-*Os Lusíadas* que a portuguesa hodierna...»

é de todo destituída de fundamentos. Pode-se pôr a questão recíproca e afirmar igualmente «que muitos versos d-*Os Lusíadas* que para os brasileiros estão errados quando os pronunciavam, para nós portugueses estão tão certos quanto o estavam para Camões.» Talvez nunca notasse o professor brasileiro que lhe é difícil ou impossível proferir certos grupos de consoantes como *pn*, *bt*, *bs*, *dg*, etc., e que ele diz *pi*- ou *pê-neu-mático* e não: pneumático, — *ôbi*- ou *ô-bê-ter* e não: obter ⁽¹⁾. Se o não observou ainda, veja Sousa da Silveira, *Trechos Selectos*, pág. 259 (Rio, 1919), Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, etc. Temos assim, na fala brasileira, vogais a desunir duas consoantes, com conseqüente acréscimo de uma sílaba à palavra. Encontra-se isto não só na poesia popular:

Quando eu vi a hirisia
de tanta quilaridade (= claridade)
dos candiêro de azete

(*Meu Sertão*, pág 147, Rio 1920).

mas ainda nos maiores poetas, como Castro Alves, que escreveu:

Recordava um eclipse da lua

(*Espumas Flutuantes*, pág. 304)

(¹) Varia muito de indivíduo para indivíduo, até no mesmo sujeito, a pronúncia de certos *ee*, ora proferidos *ê*, ora *i*. Respondendo a observações minhas acêrca d'este caso, concordava o Dr. Antenor Nascentes, na «Revista de Filologia Portuguesa» n.º 8-9, que nêle próprio notava esta hesitação.

o que obriga a ler *e-clí-pe-se* para ficar certo o verso. Não era de-certo esta a métrica de Camões:

Que fica com vos ler logo eclipsada Obras, II,77
Que ela eclipsava a luz do claro dia » II,143

Há alguns anos atrás, salientando eu nas colunas do *Jornal Português*, do Rio-de-Janeiro, esta particularidade da pronúncia brasileira, acarretei uma quinzena de versos d-*Os Lusíadas*, errados no falar usual do Brasil. Aqui os reproduzo, emparelhados com outros tantos:

Subida pela exarcia, de admirada	I,62
Na terra do obsequente ajuntamento	I,72
Eu decerey aa terra, & o indignado	
Peito...	I,76
Quem se cre de seu perfido aduersario	I,85
Que se não arme, & se indigne o Ceo sereno	I,106
Lhe poem diante aquele objecto raro	II,37
Cúas mostras de espanto, & admiração	II,101
Que com tanta miseria e aduersidade	II,104
Vencerey (não so estes aduersarios:)	III,19
Ganhando muitas terras adjacentes	III,26
Quando as agoas co sangue do aduersario	III,116
Que a todos forão grande admiração	IV,76
Não vista de outra gente, que ignorante	V,14
Vay recontando o pouo que se admira	V,91
Neptuno, quando as gentes ignorantes	VI,13
Solte as furias dos ventos repugnantes	VI,35
Em vícios mil, & de ti mesma aduersa	VII,8
Do qual sam tão inteiros obseruantes	VII,10
Calecu tem a illustre dignidade	VII,22
Vir do longinco Tejo, & ignoto Minho	VII,30
Camorî, mais que todos digno, & grande	VII,36
Das carnes tem grandissima abstinencia	VII,40
Obseruão os preceitos tam famosos	VII,40
Sam pelos Malabares admitidos	VII,41
Tanto que os igneos carros de fermoso	VII,67
Pera adquerir os pouos tam fingidos	VIII,8
Foi nas forcas Caudinas de ignorante	VIII,15
Que aas suas terras vem da ignota Espanha	VIII,45
Com peitas adquerindo os regedores	VIII,52

A fermosura indigna de aspereza	IX,76
Despertaí ja do sono do ocio ignauo	IX,92
A todo o Malabar terá admirado	X,15

Qualquer brasileiro desprevenido pronunciará: ademi-rado, iguinavos, indiguina, adequirindo, iguinoto, iguineos, ademitado, obeservam, abistinencia, diguino, diguinidade, obe-servantes, adeversa, repuguinantes, iguinorantes, adimira, ade-miração ⁽¹⁾, adeversário, adejacentes, adeversidade, obijecto, indiguine, — saindo portanto errados os respectivos versos.

Eu sei que o professor Tenório nos vai dizer que têm os brasileiros bastante consciência do que são versos para evitar essa pronúncia, embora normal, e que a maioria dos seus patrícios metrificam certo, embora certos não leiam os leitores os versos. Mas eu lhe respondo que o mesmo podem fazer os portugueses no que diz aos *defeitos* de pronunciação apontados pelo Sr. Albuquerque, pois não têm por costume os poetas portugueses hodiernos compor versos errados. Parodiando a lição de Gonçalves Viana quanto ao verso

E se vires que pode merecer-te

não seria demais que escrevesse algum filólogo brasileiro: « Em certos versos de Camões é usual errar-se pelo acréscimo que se lhes faz de uma ou mais sílabas falseando-se-lhes o ritmo. Assim, na quarta estância do Canto IV, no verso

Absolutas cruezas, & evidentes

é costume pronunciar *abissolutas*. O entrepoimento de uma vogal entre duas consoantes ligadas, tão vulgar e perfeita-mente admissível e admitido na conversação usual, tolerável mesmo na leitura ou declamação da prosa, é um êrro gros-seiro no verso. Ler-se há portanto, *ab'solutas*, *ob'ter*, *ad'mi-*

(1) No Clube de Regatas do Flamengo, no Rio-de-Janeiro, cantava eu com outros rapazes uma quadra que dizia assim:

Atirei o pau no gato,
Mas o gato não morreu;
Sinhazinha *a-dê*-mirou-se
Do berro que o gato deu.

rado, etc. e não: abissolutas, obeter, ademirado, etc., pronunciações correntes na fala trivial.»

Note-se que me limitei a citar d-*Os Lusíadas* uns trinta versos que dizem ao caso vertente, para não estar a encher desnecessariamente papel, pois do mesmo modo podia ter trasladado para aqui cincoenta, ou cem, ou mais da mesma fonte.

Igualmente não insisto nos numerosos versos camonianos em que entram *saüdade*, *saüdoso*, palavras por todos proferidas no Brasil *sau-dade*, *sau-doso*, ou antes *sô-dade*, *sô-doso*, ficando êles assim errados no Brasil e certos em Portugal, onde quase tôda a gente diz *sa-u-dade*, *sa-u-doso*, como no tempo de Camões. Assim também os em que se encontra *traição*, que ninguém profere *tra-i-ção*, como o poeta, senão *trai-ção*.

Não me demorarei tampouco na supressão do *r* final — «é assim que normalmente a maioria dos brasileiros pronuncia, e só por preciosismo e pedantaria excessiva é que êle se ouve» (palavras do professor carioca) — que dará muitas vezes em resultado o encurtamento de uma sílaba no verso por absorção da vogal seguinte ao *r* ⁽¹⁾

(¹) Já assim se verseja na poesia popular:

Êle há-de ouvi o panásio do trabuco

(Cornélio Pires, *Scenas e Paisagens da minha terra*, pág. 47.

Pela supressão do *r* do infinito, *ouvir o* é contado como duas sílabas sòmente.

Botá um cavalo peceta
Num cavalo tão ligêro

(Ib., pág. 48).

Não se pronunciando o *r* do infinito, *botar um* fica reduzido a duas sílabas.

E se arguém quisé apanhá
Rebusque tuda a corage
E venha: pule p'ra cá.

(Ib., pág. 52).

Suprimindo-se o *r* do primeiro infinito, *quiser apanhar* vale por quatro sílabas.

ou desagradabilíssimo hiato, em numerosos passos d-*Os Lusíadas*, como êste:

Remouendo o temor ao pensamento IV,1

proferido: Removendo o *temô* ao pensamento (9 sílabas), — ou êste outro:

Manda chamar os Deoses do mar, antes
Que fale mais... VI,15

pronunciado: Manda *chamá* os Deuses do *má* antes (9 sílabas, ou mesmo 8).

De tudo quanto precede se infere que mais fácil é enxergar o argueiro nos olhos alheios do que a tranca nos nossos.

Conquanto não faça directamente ao caso, pois não influi na quantidade de sílabas do verso, não deixarei de referir aqui uma particularidade da pronúncia brasileira que dá às rimas fisionomia nova, desconhecida certamente de Camões: a introdução de *i* depois de uma vogal tónica a que se segue *s* ou *z*, dizendo-se geralmente no Brasil *nóis* = nós — *rapáiz* = rapaz — *arrôiz* = arroz. E assim nos poetas encontramos muitas vezes rimas dêste jaez (Casimiro de Abreu, *Obras Completas*):

A alma nos desfaz	
.	
Nas longas saturnais	pág. 161
Nos leitos dos bordeis	
.	
Das lânguidas Frinés	» 161
Santas endeixas, doloridos ais	
.	
Lânguido rôsto se volvia atrás	» 163

Castro Alves (*Espumas Flutuantes*):

Do Senhor aos olhos nus	
.	
Dos infinitos azúis	» 44

Choram órbitas sem luz	
.	
Vendo Sparta nos paúis	pág. 45
Bonaparte — o dos reis	
.	
No sabre de Juarez?	» 45
Mergulha os dedos cruéis	
.	
E o morto morre outra vez	» 51
Aonde os astros surgem mais e mais	
.	
Deus acompanhe o peregrino audaz	» 73
Saltam bradando os heróis	
.	
Roubar-nos o sono a nós	» 82

Até quando é nasal o *a*, aparece o *i*; e é esta a razão provável por que todos mais ou menos dizem no Brasil: uma alemã, duas *alemães*, e não por confusão com *alemães*, plural de *alemão*. Em Castro Alves encontra-se:

Numa dessas manhães em que Ravena	pág. 263
Numa dessas manhães, em quanto a moça	» 264

Desta pronúncia e rima não escapa o Sr. Medeiros e Albuquerque, que, pelos elevados postos que tem desempenhado na direcção do ensino, deve ser tido como representante da pronúncia normal do seu país ⁽¹⁾ (do livro *Fim*):

No sossobro cruel de tudo mais	
.	
Pôr um pouco de bálsamo e de paz	pág. 6

(¹) Isto para contrapor a estas palavras do Sr. Albuquerque: «Júlio Dantas, que já foi ministro da Instrução Pública e é director de uma escola teatral oficial de Lisboa, onde se ensina a prosódia normal portuguesa, assim pronuncia (amare, fazere) ».

Salomé lhe lançou as chufas mais cruéis

Para poder beijar-lhe os pequeninos pés pág. 37

E esta particularidade não ocorrerá certamente ao professor carioca no dia em que se lembrar de censurar aos portugueses o facto de alguns dos seus modernos poetas rimarem *mão com bem*.

Por muito mais que possam sugerir as considerações do Sr. T. de Albuquerque, convém que me limite a refutar-lhe estas suas asserções que atrás ficaram, pois de contrário seria levado a escrever um tratado de fonética brasileira, o que, me parece, a um brasileiro deve competir, que não a mim. Com relação à pronúncia francesa existem obras extensas, em que são miudamente estudadas as mais leves modulações fonéticas da lingua (Martinon, *Comment on prononce le Français* — Cauvet, *La Prononciation Française* — Grammont, *Traité pratique de Prononciation Française*, etc.). Temos em Portugal os trabalhos de Gonçalves Viana que, longe de serem tão pormenorizados quanto os franceses, já representam, porém, notável esforço. No Brasil, há apenas algumas observações esparsas: não existe nenhum estudo sistemático sobre o assunto, a não ser um esboço do Dr. Antenor Nascentes *O Linguajar Carioca em 1922*, trabalho, aliás, mais de filologia que de fonética. Muito cumpria portanto que os brasileiros dedicassem atenção ao caso, o que seria de mais proveito para o estudo da lingua lusa em geral, do que estar como a desfazer no modo de falar dos portugueses, sem bases suficientes para fundar as suas críticas.

À maneira de conclusão, podemos dividir a pronunciação do português em dois tipos: 1.º) O europeu caracterizado pela cadência geral das linguas latinas da Europa e a brevidade das vogais átonas; embora tenham cada qual as suas particularidades, minhoto ou algarvio, duriense ou alentejano, apresentam todos os dialectos do continente os mesmos traços gerais. — 2.º) O colonial, caracterizado pela fraqueza dos *erres* e *eles*, mormente em finais, e pela forma carregada como são proferidas as vogais que não suportam o acento tónico ou não são provenientes de crase, o que dá em resultado uma cadência sensivelmente diversa da europeia. Conquanto caboverdiano, brasileiro, goês, angolense, etc. apresentem as suas particularidades, todos têm comuns as características su-

pra. O facto de ser hoje o Brasil politicamente independente — contava-se ainda no principio do passado século entre as colónias portuguesas — não modifica a sua posição lingüística, do mesmo modo que não perderão as suas características de pronúncia as províncias de Cabo-Verde ou Angola, se amanhã se tornarem autónomas ou independentes. Fazem excepção os falares da Madeira e dos Açores. Embora fôsem colonizadas essas ilhas pelos portugueses nos séculos XV e XVI, prendem-se os seus dialectos ao tipo europeu, o que se deve attribuir a que foi feita a colonização com gente branca unicamente, que lá não encontrou nenhuma população autóctone que viesse actuar na pronúncia dos colonos.

Desta subdivisão decorre logicamente a observação que não pôde deixar de fazer o erudito brasileiro Felipe Franco de Sá no seu livro *A Língua Portuguesa* (pág. 183):

« A pronúncia portuguesa tem, sôbre a nossa, a vantagem de ser mais uniforme e geral; a nossa é mais incerta, mais variável, por uso local ou individual, difficil ou impossível de se reduzir a regras. »

Santos, Agôsto de 1926.

JORGE GUIMARÃES DAUPIÃS.